

**TCEES** TRIBUNAL DE CONTAS  
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

# RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES

4º TRIMESTRE 2011

# RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ATIVIDADES

4º TRIMESTRE 2011

**Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto**  
Presidente

© TCEES, 2012

---

E77p Espírito Santo. Tribunal de Contas do Estado.

**Relatório de Atividades Trimestral: 4º trim 2011** / Tribunal de Contas do Estado.

Vitória/ES: TCEES, 2011.

40p.

1.Tribunal de Contas-Espírito Santo (E)-Relatório de Atividades Trimestral: 4º trim 2011.

I.Título.

(341.38509815206)

---

Catálogo pela Biblioteca do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo  
Rua José Alexandre Buaiz, 157, Enseada do Suá, Vitória, ES, CEP 29950-913  
Telefone (27) 3334-7600  
[www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br)

## CORPO DELIBERATIVO

Conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto  
**Presidente**

Conselheiro Elcy de Souza

**Vice-Presidente** (até 06/11/11 e retorno ao MP em 07/11/2011)

Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo  
**Corregedor Geral**

Conselheiro Valci José Ferreira de Souza

Conselheiro Umberto Messias de Souza

Conselheiro Marcos Miranda Madureira

Conselheiro José Antonio Almeida Pimentel

Conselheiro Domingos Augusto Taufner (a partir de 05/12/2011)

## CORPO ESPECIAL

Auditora Márcia Jaccoud Freitas

Auditor João Luiz Cotta Lovatti

Auditor Marco Antônio da Silva

## MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

Procurador Domingos Augusto Taufner  
**Procurador Geral** (até 04/12/2011)

Procurador Luciano Vieira

**Procurador Geral em exercício** (a partir de 05/12/2011)

Procurador Luís Henrique Anastácio da Silva

Procurador Heron Carlos Gomes de Oliveira (a partir de 13/12/2011)

## DIRETORIA GERAL DE SECRETARIA

José Teixeira Leite  
**Diretor Geral de Secretaria**

## IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

No cumprimento de suas atribuições constitucionais e legais o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo construiu seu referencial estratégico estabelecendo negócio, missão, visão de futuro e valores institucionais, para a busca de resultados mais efetivos para a sociedade capixaba.

### Missão

Orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade

**Negócio**  
Controle Externo



### Visão

Ser instituição de excelência na orientação e no controle da gestão dos recursos públicos até 2015

### Valores

Profissionalismo  
Equidade  
Ética e Transparência  
Excelência de Desempenho  
Responsabilidade Sustentável

## APRESENTAÇÃO

### **Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa,**

O Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, em cumprimento ao disposto no art. 71, § 4º, da Constituição Estadual, apresenta o Relatório de Atividades referente ao quarto trimestre de 2011.

No período destacam-se:

#### **Eventos de capacitação:**

- Continuidade do Programa de Atualização Técnica para Servidores Jurisdicionados Municipais, nos Polos Alegre e Nova Venécia;
- Palestra: “Contabilidade aplicada ao setor público: Novos rumos, novos desafios”, tendo como palestrante o Sr. Paulo Henrique Feijó da Silva - coordenador-geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação, da Secretaria Nacional do Tesouro (SNT), membro do Grupo Assessor do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), co-autor de livros na área pública;
- Palestra sobre as medidas mais eficientes de prevenção e combate ao câncer de mama, do colo do útero e de próstata, em parceria com a Associação feminina de educação e combate ao câncer (AFECC), tendo como palestrante a Sra. Maria Helena Costa Amorim, enfermeira, professora doutora e pesquisadora.
- Palestra sobre “Normas de Auditoria Governamental (NAGs)”, tendo como palestrante o Sr. Inaldo da Paixão Santos Araújo, coordenador do Promoex na implantação das Normas no Tribunal de Contas do Estado da Bahia.
- Seminário “O papel do controle social no combate à corrupção”, alusivo ao Dia Internacional de Luta contra a Corrupção, comemorado em 09/12. Houve duas palestras: “*Perspectiva de atuação e parceria dos órgãos de controle*”, ministrada pelo chefe da Controladoria Geral da União/Regional Espírito Santo, Dr. Rômelo Oscar Tebas, e outra sobre “*O controle social e o combate à corrupção - o caso da ONG Contas Abertas*”, de responsabilidade do economista e fundador da referida ONG, Gil Castelo Branco. Como moderador, atuou o secretário da ONG Transparência Capixaba, prof. Rafael Cláudio Simões. O evento contou com a participação de gestores públicos jurisdicionados, da comunidade interessada e de servidores do Tribunal.

### **Homenagens:**

- Homenagem prestada pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no dia 20/10/11, ao presidente do TCEES, conselheiro Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, com a entrega do Colar do Mérito da Corte de Contas José Maria Alkmin;
- Homenagem em comemoração ao dia do Servidor, promovido pelo TCEES, no dia 26/10, em seu auditório, com um evento literário-musical, com a participação de servidores, apresentando músicas e poesias e a apresentação do Coro Sinfônico da Faculdade de Música do Espírito Santo.

### **Posse, eleição e nomeação:**

- Posse do Sr. Domingos Augusto Taufner, como conselheiro, no dia 5/12, em razão do retorno do Dr. Elcy de Souza ao Ministério Público, ocorrido em 07/11;
- Eleição, na sessão ordinária realizada no dia 06/12, dos conselheiros Sebastião Carlos Ranna de Macedo para presidente do TCEES, Sérgio Aboudib Ferreira Pinto para vice-presidente e Domingos Augusto Taufner, corregedor-geral. A posse dos eleitos está marcada para o dia 03/01/2012.
- Nomeação do Sr. Heron Carlos Gomes de Oliveira, no cargo efetivo de Procurador Especial de Contas, por meio da Portaria P nº 375/11 (DOE 07/12/11), posse e exercício no dia 13/12.

### **Comissão instituída e termo de cooperação técnica assinado:**

- Comissão Técnica responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado de Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados municipais atendendo às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e aos Manuais de Contabilidade Aplicados ao setor Público, por meio da Portaria N nº 041/2011 (DOE – 25/10/11, republicada em 07/11/11);
- Assinatura, no dia 14/12/2011, do Termo de Cooperação Técnica nº 18/2011, com o Instituto Rui Barbosa, tendo por objeto a cessão, pelo IRB, de licença permanente de uso do *software* de gestão estratégica e gestão de projetos CHANNEL, da empresa JExperts, baseado na metodologia *Balanced Scorecard – BSC – e PMBOK*, nos termos definidos no Contrato 02/2011, parte integrante do presente Termo (DOE 11/01/12).

### Outros destaques:

- Mobilização e participação no evento em defesa dos royalties;
- Investimento em tecnologia da informação, com a reestruturação e modernização do parque tecnológico pela aquisição de equipamentos, *softwares* operacionais, *software* de segurança, sistemas de rede *wireless*, e nova modalidade de impressão, permitindo redução de custos da ordem de 30%.
- Doação de equipamentos de informática substituídos ao Comitê para Democratização da Informática do Espírito Santo, entidade que tem por missão a inclusão social de populações menos favorecidas.
- Aprovação, em plenário, do anteprojeto de lei complementar que institui a modalidade de remuneração por subsídio para a carreira de controlador de recursos públicos, transformando-os em auditores de controle externo.
- Apresentação do anteprojeto da nova lei orgânica do Tribunal de Contas;
- Elaboração do manual de gestão de contratos, possibilitando também uma orientação efetiva para os jurisdicionados, a ser em breve validada por resolução;
- Determinação do retorno de servidores cedidos, que não estejam exercendo cargo de secretários ou subsecretários de Estado ou de municípios, ou presidência de empresas públicas, para recompor a força de trabalho.

Vitória-ES, fevereiro de 2012

Conselheiro **Sebastião Carlo Ranna de Macedo**  
Presidente



## ÍNDICE

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 TCEES EM NÚMEROS.....</b>	<b>8</b>
<b>3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO .....</b>	<b>9</b>
3.1 ATOS DO PLENÁRIO .....	9
3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS .....	12
<b>4 O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS .....</b>	<b>15</b>
4.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....	15
<b>5 A CORREGEDORIA GERAL.....</b>	<b>17</b>
5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS .....	17
<b>6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS .....</b>	<b>21</b>
6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS .....	21
6.2 GESTÃO DE PESSOAS .....	23
6.3 SERVIÇOS GERAIS .....	26
6.4 CONTROLE DOCUMENTAL .....	26
<b>7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>28</b>
7.1 COMUNICAÇÃO EXTERNA .....	28
7.2 COMUNICAÇÃO INTERNA.....	30
<b>8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>32</b>
ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA.....	32
ANEXO 2 – ORGANOGRAMA.....	33
ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ACÓRDÃOS E PARECERES PRÉVIOS.....	35

## **1 INTRODUÇÃO**

Este relatório apresenta as principais atividades realizadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo no quarto trimestre de 2011.

As informações disponibilizadas neste relatório foram consolidadas pelo Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão – NPO, a partir dos dados enviados pelas respectivas unidades.

Nos capítulos subsequentes estão registradas as principais atividades, divididas nas seguintes áreas: Controle Externo, Ministério Público Especial de Contas, Corregedoria Geral, Administrativa, Comunicação Institucional e Tecnologia da Informação.

No Anexo 1 estão descritas a competência, a jurisdição e a estrutura do TCEES. A estrutura organizacional do Tribunal de Contas está representada no Anexo 2.

## 2 TCEES EM NÚMEROS

A tabela abaixo consolida os principais resultados do controle externo no trimestre.

Resultados do Controle Externo	4º Trim	Acumulado no ano
Auditorias concluídas	28	149
<b>Total de processos referente a controle externo autuados</b>	<b>1.147</b>	<b>7.380</b>
Processos referentes a controle externo autuados (exceto pessoal)	249	1.687
Processos para apreciação de atos de pessoal que deram entrada no TCEES	898	5.693
Total de processos julgados ou apreciados conclusivamente	1.637	6.735
Atos de pessoal apreciados	1.549	6.142
Atos de pessoal com registro negado	-	2
Denúncias julgadas	12	36
Denúncias julgadas procedentes	2	6
Pareceres prévios em apreciação de contas: prefeitos municipais e governador	3	56
Pareceres prévios pela rejeição <sup>1</sup>	1	12
Acórdãos proferidos	80	509
Acórdãos em julgamento de contas: Assembleia, câmaras e demais entidades	45	297
Acórdãos com contas julgadas irregulares <sup>2</sup>	4	32
Acórdãos em julgamento de atos de gestão: executivos municipais	2	10
Acórdãos com atos de gestão julgados irregulares <sup>3</sup>	1	5
Recursos julgados ou apreciados	12	98
Recursos com provimento negado	3	24

<sup>1</sup> Nos pareceres prévios pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

<sup>2</sup> Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

<sup>3</sup> Nos acórdãos pode haver mais de um interessado e conseqüentemente, mais de uma decisão.

### 3 ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

#### 3.1 ATOS DO PLENÁRIO

O Plenário, constituído por sete conselheiros, reúne-se em sessões plenárias para deliberações. Os atos deliberados pelo Plenário assumem a forma de resolução, parecer, parecer prévio, acórdão e decisão.

Descrição	4º Trim	Acumulado no ano
<b>Sessões plenárias</b>	<b>21</b>	<b>98</b>
Ordinárias	19	93
Especiais	1	2
Administrativa	1	3
<b>Processos em pauta</b>	<b>2.340</b>	<b>8.928</b>
<b>Julgados ou apreciados de forma conclusiva</b>	<b>1.637</b>	<b>6.735</b>
<b>Chamamentos relativos a processos</b>	<b>697</b>	<b>2.819</b>
Notificações	294	1.426
Citações	403	1.393

A Secretaria Geral das Sessões é o setor responsável por secretariar sessões, prestar assessoria ao Plenário e adotar medidas necessárias decorrentes de atos.

Atos do Plenário	4º Trim	Acumulado no ano
Decisões	1.896	7.764
Acórdãos	80	509
Pareceres prévios	6	79
Pareceres em consulta	2	8
Resoluções	-	3
<b>Total</b>	<b>1.984</b>	<b>8.363</b>

**Resoluções** - firmam entendimento de caráter normativo acerca de matérias de sua competência.

**Pareceres em consulta** - emitidos quando se trata de consultas.

**Pareceres prévios** - emitidos após análise das contas prestadas pelo governador e pelos prefeitos e os recursos relacionados a elas.

**Acórdãos** – emitidos na decisão definitiva em processo de prestação de contas, tomada de contas e relatório de auditoria; decisões condenatórias, impondo ressarcimento e/ou multa; decisões que apreciem o mérito em processo de recurso; contas prestadas pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa e pelas Mesas das Câmaras Municipais; decisões que apreciem o mérito em processos de denúncia, de auditorias, em prestação de contas de convênios ou de instrumentos congêneres.

**Decisões** - geradas quando da apreciação de legalidade dos atos de pessoal sujeitos a registro; conversão de julgamento em diligência; determinação de auditorias e de arquivamento de processo ou documento; questões de natureza administrativa interna; questões de simples deferimento; outras questões não enquadradas anteriormente.

As tabelas a seguir descrevem os pareceres em consulta e apresentam um demonstrativo consolidado dos resultados dos pareceres prévios, acórdãos e decisões. O detalhamento dos resultados dos Acórdãos e Pareceres Prévios encontra-se no Anexo 3.

Pareceres em Consulta		
Nº	Interessado	Ementa
0009	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Vargem Alta (Julimar Debona Sartóri)	Autarquia municipal prestadora de serviço de água e esgoto - quanto ao item 1 - não conhecimento da consulta - cargos cujas atribuições não mais persistem - sejam extintos ou declarados desnecessários - servidor efetivo titular de cargo extinto ou desnecessário - caso estável, seja colocado em disponibilidade - estando em estágio probatório, seja exonerado.
0010	P. Alegre (Djalma da Silva Santos)	Quanto ao item 1 - não conhecimento da consulta - afastada a questão afeta à matéria eleitoral ante a incompetência da corte de contas - quanto ao item 2 - pode o poder executivo municipal, por lei própria, conceder aumento do salário mínimo definido por lei nacional aos servidores públicos municipais, mesmo que extrapole os limites da lei de responsabilidade fiscal devendo ser adotadas as providências definidas no artigo 169, §§3º e 4º da constituição federal - aos servidores que recebam mais do que o salário mínimo, mediante lei própria, é possível conceder reajuste que proporcione a atualização do respectivo plano de cargos e salários, mesmo no período de 180 dias anteriores ao término do mandato do chefe do poder, desde que observados os limites previstos nos artigos 16 e 20, da lei de responsabilidade fiscal, bem como o estabelecido no artigo 169, §1º, da constituição da federal.

Resultados dos Pareceres Prévios	4º Trim	Acumulado no ano
<b>Prestação de Contas</b>	<b>3</b>	<b>56</b>
Parecer pela aprovação	2	42
Parecer pela rejeição	1	12
Reformular parecer – aprovação	-	2
<b>Recursos</b>	<b>3</b>	<b>23</b>
Provimento - Reformular parecer – aprovação	3	14
Provimento parcial – rejeição	-	3
Outros	-	3
Não conhecer	-	2
Negar provimento – rejeição	-	1
<b>Total<sup>4</sup></b>	<b>6</b>	<b>79</b>

<sup>4</sup> A diferença entre o número de pareceres prévios e os resultados deve-se ao fato de que, nesses documentos, pode haver mais de um interessado e conseqüentemente mais de uma decisão.

Resultados dos Acórdãos	4º Trim	Acumulado no ano
<b>JULGAMENTO CONCLUSIVO</b>	<b>82</b>	<b>522</b>
<b>Atos de gestão – Prefeitos Municipais</b>	<b>2</b>	<b>10</b>
Irregular	1	5
Saneado	1	5
<b>Prestação de Contas - Assembleia e Câmaras</b>	<b>12</b>	<b>126</b>
Regular	10	99
Irregular	1	16
Saneado	1	6
Regular com ressalva	-	5
<b>Prestação de Contas - Demais entidades</b>	<b>35</b>	<b>185</b>
Regular	21	129
Regular com ressalva	7	29
Irregular	3	16
Saneado	4	10
Outros	-	1
<b>Prestação de Contas – Convênio</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Saneado	-	1
<b>Denúncias</b>	<b>12</b>	<b>36</b>
Improcedente	7	22
Procedente	2	6
Saneado	3	4
Parcialmente procedente	-	4
<b>Recursos</b>	<b>9</b>	<b>75</b>
Negado provimento	3	23
Saneado	3	18
Provimento	1	18
Outros	1	9
Provimento parcial	1	7
<b>Representação</b>	<b>7</b>	<b>20</b>
Improcedente	2	7
Outros	1	6
Procedente	2	5
Parcialmente procedente	2	2
<b>Outros assuntos</b>	<b>5</b>	<b>69</b>
Regular	1	47
Regular com ressalva	2	9
Saneado	2	6
Irregular	-	6
Improcedente	-	1
<b>JULGAMENTO NÃO CONCLUSIVO</b>	<b>-</b>	<b>3</b>
Multa	-	3
<b>Total<sup>5</sup></b>	<b>82</b>	<b>525</b>

<sup>5</sup> A diferença entre o número de acórdãos e os resultados deve-se ao fato de que, nesses documentos, pode haver mais de um interessado e consequentemente mais de uma decisão.

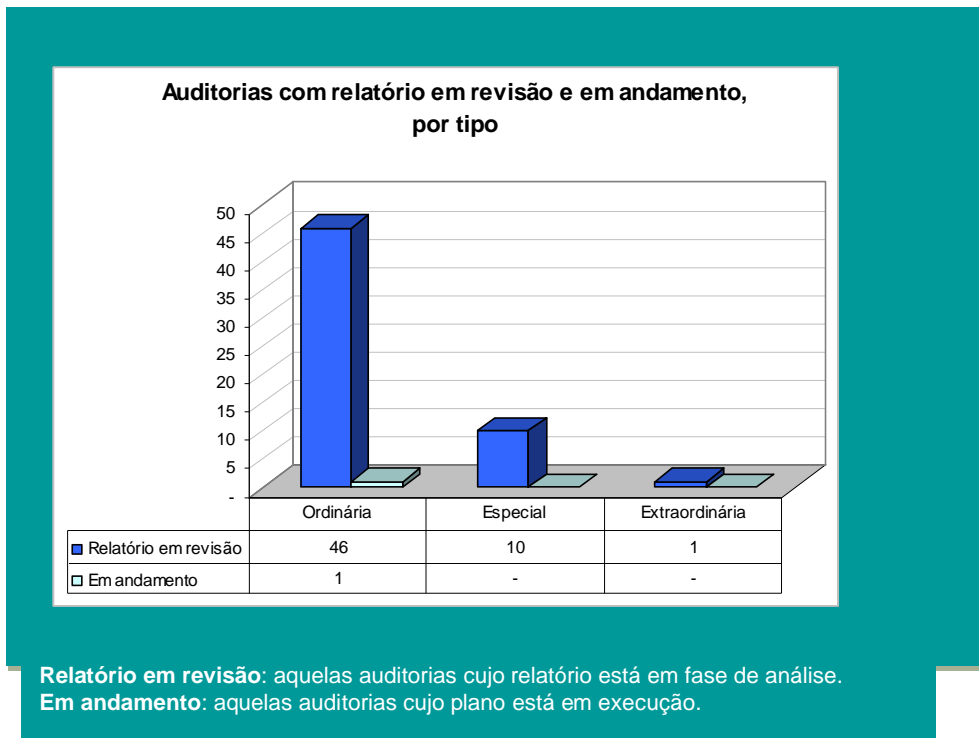
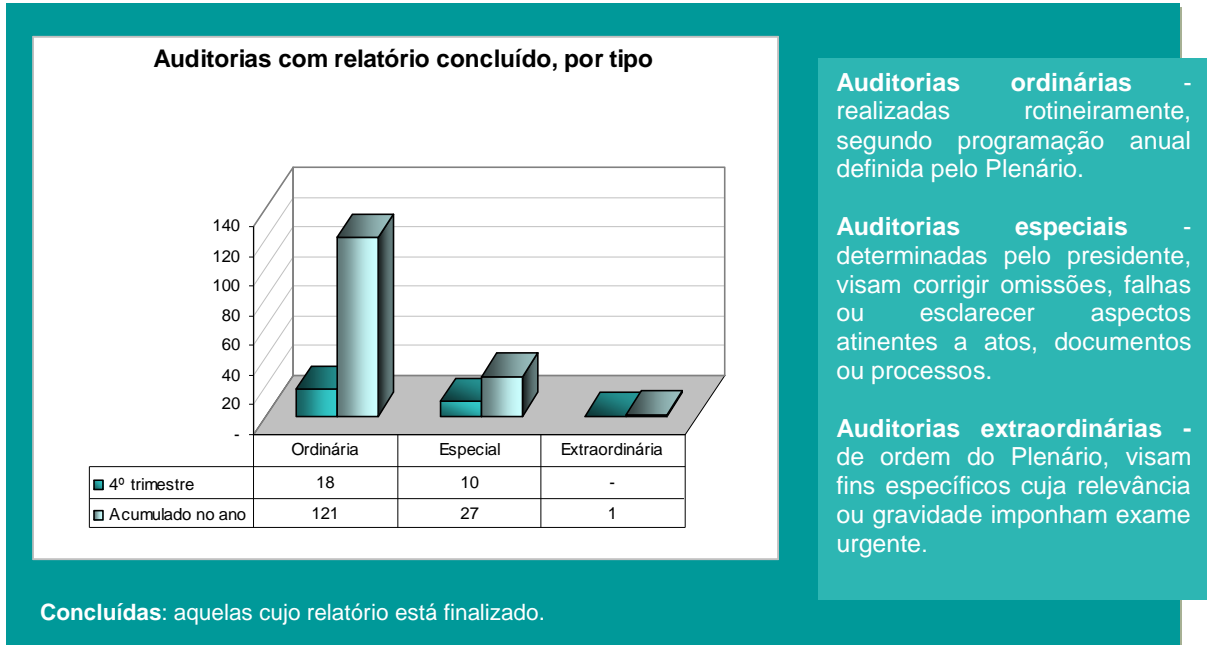
Resultados das Decisões	4º Trim	Acumulado no ano
<b>Apreciação conclusiva – atos de pessoal</b>	<b>1.549</b>	<b>6.142</b>
<b>Registro</b>	<b>1.549</b>	<b>6.140</b>
Admissão	934	3.096
Aposentadoria	421	2.212
Pensão	60	383
Reforma	37	86
Transferência para reserva	62	239
Revisão de proventos	16	24
Retificação de ato	18	68
Reexame de decisão	1	27
Outras	-	5
<b>Denegar registro</b>	<b>-</b>	<b>2</b>
<b>Demais decisões – não conclusivas</b>	<b>169</b>	<b>774</b>
Deferir parcelamento	4	9
Arquivar	34	126
Revelia	4	31
Quitação	12	15
Consulta - não conhecer	9	22
Apurar em auditoria (especial, extraordinária ou ordinária)	-	5
Devolver à origem	16	45
Dar ciência do Relatório de Gestão Fiscal	-	7
Notificar/Citar por edital	1	5
Alerta	42	307
Instaurar Tomada de Contas/Especial	3	13
Determinar/Recomendar a suspensão do certame (Cautelar)	11	21
Denúncia – receber/apurar	18	52
Outras	15	116
<b>Decisões preliminares</b>	<b>178</b>	<b>848</b>
<b>Total</b>	<b>1.896</b>	<b>7.764</b>

### 3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES DAS CONTROLADORIAS TÉCNICAS

A Controladoria-Geral Técnica é a unidade responsável por planejar, organizar, coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas unidades sob sua subordinação, conforme organograma do Anexo 2.

### 3.2.1 Auditorias

As auditorias do período estão distribuídas conforme gráficos:





### 3.2.2 Análise de Prestação de Contas

Análise de Prestação de Contas	4º Trim	Acumulado no ano
Prestações de contas bimestrais (PCB) <sup>1</sup>	45	289
Relatórios da LRF analisados <sup>2</sup>	63	409
Relatórios técnicos contábeis (RTC)	92	316
Instruções preliminares em representações	24	50
<b>Instruções técnicas conclusivas (ITC)</b>	<b>120</b>	<b>618</b>
Em prestações de contas anuais (PCA)	80	299
Em outros processos	40	319

Prestações de contas bimestral e anual são obrigações de todo jurisdicionado. Para a apreciação e/ou julgamento final pelo Plenário, as Controladorias Técnicas elaboram, primeiramente, as análises contábeis e, finalmente, as instruções técnicas conclusivas.

- 1 - As PCBs dos jurisdicionados municipais são recebidas por meio magnético, via SISAUD, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.
- 2 - RREO-Relatório Resumido da Execução Orçamentária e RGF-Relatório de Gestão Fiscal, arts. 52 a 54 LRF. Os relatórios dos jurisdicionados municipais são recebidos em meio magnético, via LRFWeb, e a análise é feita nos casos de omissões, retificações e alertas.

### 3.2.3 Análise de processos de pessoal sujeitos a registros

Instruções técnicas em processos de pessoal	4º Trim	Acumulado no ano
Aposentadoria	634	3.406
Pensão	124	622
Admissão	1.318	4.934
Outros	3	19
<b>Total</b>	<b>2.079</b>	<b>8.981</b>

A 7ª Controladoria Técnica é responsável pela análise e fiscalização dos processos de admissão de pessoal, aposentadoria, reforma, revisão de proventos e pensão originados nos órgãos e nas entidades sob a jurisdição deste Tribunal, excluindo-se as nomeações para cargo de provimento em comissão.

### 3.2.4 Consultas e recursos

Atividades da 8ª CT	4º Trim	Acumulado no ano
Despachos técnicos elaborados	15	65
Consultas pessoais atendidas	35	92
Consultas telefônicas atendidas	141	548
<b>Instruções técnicas elaboradas</b>	<b>23</b>	<b>130</b>
Consulta	2	15
Recurso	20	113
Casos especiais	1	2

A 8ª Controladoria Técnica é responsável pelo apoio à atividade de controle externo e pelas orientações técnicas aos jurisdicionados, mediante a análise e o estudo dos casos especiais, atendendo a consultas, elaborando instrução técnica nas hipóteses de consultas escritas e em recursos, exceto quando se tratar das contas do Governador do Estado e de embargos de declaração.

## 4 O MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL DE CONTAS

### 4.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A tabela a seguir registra as atividades do período.

Atividades do MPEC	4º Trim	Acumulado no ano
Processos distribuídos	1.916	8.444
Pareceres emitidos	1.702	7.455
Termos de atualização de valores a cobrar	5	142
Termos de verificação de valores pagos	19	65
Novas cobranças cadastradas no sistema	7	120

Dessas atividades, destacam-se os pareceres emitidos, por assunto, conforme tabela:

Assunto dos pareceres emitidos	4º Trim	Acumulado no ano
Pessoal - Admissão	873	2.834
Pessoal - Aposentadoria	331	1.567
Pessoal - Pensão	80	840
Pessoal - Reforma	22	624
Prestação de Contas Anual	99	358
Pessoal - Reserva remunerada	53	204
Prestação de Contas Bimestral	19	140
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	57	126
Recurso de reconsideração	30	105
Auditoria - Relatório	9	88
Pessoal - Retificação ato	-	84
Relatório de Gestão Fiscal	30	75
Representação	30	75
Denúncia	23	74
Consulta	12	35
Prestação de Contas de Convênio	-	33
Reexame de decisão	4	33
Prestação de Contas - término gestão	-	27
Encaminhamento	1	27
Comunicação instauração tomada de contas	13	22
Pessoal - Edital concurso público	4	19
Pessoal - Revisão de proventos	-	15
Auditoria - Especial	-	9
Embargos de declaração	2	9
Recurso de revisão	3	9
Requerimento	2	6
Auditoria - Relatório Engenharia	-	4
Auditoria - Solicitação	2	4

<b>Assunto dos pareceres emitidos</b>	<b>4º Trim</b>	<b>Acumulado no ano</b>
Tomada de Contas	-	3
Diligência	1	2
Tomada de Contas Especial	2	2
Pessoal – TCEES	-	1
Recurso	-	1
<b>Total</b>	<b>1.702</b>	<b>7.455</b>

Registra-se até o período, a comprovação do recolhimento de multas no valor de R\$ 87.818,89 e ressarcimento de R\$ 80.973,44 , totalizando R\$ 168.792,33

## 5 A CORREGEDORIA GERAL

A Corregedoria Geral do TCEES foi criada através da Lei Complementar nº 549, de 16 de abril de 2010, tendo como Corregedor Geral o Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo (biênio 2010/2011).

### 5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

#### 1 – Seminário “O papel do Controle Social no Combate à Corrupção”

Foi realizado no dia 14/12/2011, em comemoração ao Dia Internacional e Estadual de Combate à Corrupção, o Seminário “O papel do Controle Social no Combate à Corrupção”, resultado do **projeto 23 - Organização de Seminário: “O Papel do Controle Social e Interno no Combate a Corrupção”**, dessa Corregedoria, com as Palestras: “Perspectiva de Atuação e Parceria dos órgãos de controle”, ministrada pelo Sr. Rômel Oscar Tebas, chefe da Controladoria Geral da União - Regional ES e “O controle social e o combate à corrupção – O caso da ONG Contas Abertas”, ministrada pelo Sr. Gil Castello Branco, economista, fundador e secretário-geral da ONG Contas Abertas.

O evento foi realizado em parceria com a Escola de Contas desse Tribunal e contou com a presença do Conselheiro Presidente Sérgio Aboudib Ferreira Pinto, o Conselheiro Corregedor Geral Sebastião Carlos Ranna de Macedo, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner, os Auditores João Luiz Cotta Lovatti e Marco Antônio da Silva, o Procurador Geral de Contas em exercício, Luciano Vieira, o Diretor Geral José Teixeira Leite, o Chefe da CGT Tadeu Pimentel Citty, chefes e coordenadores das Controladorias e servidores.

No mesmo evento tivemos a honrosa presença dos deputados estaduais Srs. Elcio Álvares, Luciano Rezende e Sandro Locutor – representado pela Sra. Bárbara Langa, representantes de 26 Prefeituras, 12 Câmaras Municipais e 14 Órgãos Estaduais, da

CGU, do Sindifiscal e do Conselho Municipal de Saúde e do Secretário Geral da ONG Transparência Capixaba, o Sr. Rafael Cláudio Simões.

## **2 – Reuniões**

No 4º trimestre foram realizadas 07 (sete) reuniões ordinárias do Corregedor Geral com as Equipes de Projeto e 05 (cinco) reuniões internas, restritas aos servidores lotados na Corregedoria, para tratar de assuntos de interesse da Corregedoria e dos projetos em desenvolvimento, como também, 36 (trinta e seis) reuniões de trabalho das Equipes de Projetos.

Nesse 4º trimestre as reuniões ordinárias da Corregedoria foram abertas a todos os servidores do TCEES e o Corregedor tem realizado, nessas reuniões, a leitura do documento intitulado Normas de Auditoria Governamental (NAG's) Aplicadas ao Controle Externo, trabalho desenvolvido pelo Instituto Rui Barbosa em parceria com 27 tribunais de contas.

As reuniões ordinárias da Corregedoria Geral ocorrem semanalmente na Sala das Sessões às quartas-feiras e, as reuniões de trabalho, em geral realizadas na sala da Corregedoria, ocorreram em horários e datas estipulados pelas Equipes de Projeto.

## **3 – Projetos**

Em uma gestão compartilhada, a Corregedoria vem incentivando a participação dos agentes públicos do TCEES no desenvolvimento de diversos projetos ligados às atividades fim e meio dessa Corte de Contas, todos devidamente alinhados com o Plano Estratégico 2010-2015 do TCEES.

No 4º trimestre de 2011, foi dado andamento a 04 (quatro) projetos iniciados em meses anteriores e iniciados mais três novos projetos. Destes, todos foram concluídos no período e entregue ao Corregedor Geral (vide quadro resumo, a seguir).

**Projetos concluídos no 4º trimestre de 2011:**

Nº	Nome do Projeto	Objetivo Geral	Data de Início/ Entrega	Situação Atual
10	Fluxogramas dos procedimentos de trabalho regimentais	Elaborar, para os principais procedimentos de trabalho, fluxogramas considerando o Regimento Interno e os fluxos reais. Propor adequações e/ou melhorias.	04/08/2010 25/11/2011	Fluxogramas encaminhados pelo Corregedor, no dia 13/12/2011, ao Conselheiro Presidente e à Comissão Técnica instituída pela Portaria N nº 030/2011 para revisão da Lei Complementar 32/1993 e Regimento Interno.
19	Aplicabilidade das penalidades administrativas previstas no Art. 5º da Lei 10.028/2000	Propor a adequação do Regimento Interno do TCEES ao Art. 5º da Lei 10.028/2000 (lei dos crimes fiscais). Instaurar e operacionalizar o procedimento a que se refere o §1º do Art. 5º da Lei nº 10.028/2000 nas decisões do TCEES.	23/03/2011 02/12/2011	Proposta de resolução encaminhada pelo Corregedor, no dia 13/12/2011, ao Conselheiro Presidente e à Comissão Técnica instituída pela Portaria N nº 030/2011 para revisão da Lei Complementar 32/1993 e Regimento Interno.
21	Padronização dos textos institucionais	Definir padrões de formatação e propor sua adoção nos textos institucionais.	28/09/2011 25/11/2011	Proposta de portaria encaminhada pelo Corregedor, no dia 15/12/2011, ao Conselheiro Presidente.
22	Diário Oficial Eletrônico do TCEES	Definir padrões para formatação, publicação e divulgação digital dos atos processuais e administrativos do TCEES.	28/09/2011 29/11/2011	Proposta de implantação encaminhada pelo Corregedor, no dia 15/12/2011, ao Conselheiro Presidente.
23	Organização de Seminário: "O Papel do Controle Social e Interno no Combate a Corrupção"	Realizar Seminário em comemoração ao Dia Internacional e Estadual de Combate à Corrupção.	18/10/2011 14/12/2011	Seminário realizado
24	Plano de ação para implantação das Normas de Auditoria Governamental - NAGs	Propor plano de ação para implantação no TCEES das NAGs - aplicáveis ao controle externo brasileiro	20/10/2011 25/11/2011	Proposta de resolução encaminhada pelo Corregedor, no dia 07/12/2011, ao Conselheiro Presidente.
25	Elaboração de acórdãos e pareceres prévios	Aumentar a transparência e o desempenho na redação dos acórdãos e pareceres prévios	02/12/2011 14/12/2011	Proposta encaminhada pelo Corregedor, no dia 15/12/2011, ao Conselheiro Presidente.

Ressaltamos que desde a criação da Corregedoria Geral, em 16 de abril de 2010, até o final do 4º trimestre de 2011, foram iniciados e concluídos 25 (vinte e cinco) projetos sob sua orientação técnica.

#### 4 – Procedimentos Disciplinares

Em atendimento ao art. 8º do Regimento Interno desta Corte de Contas, a Corregedoria Geral procedeu ao processamento dos procedimentos disciplinares listados a seguir, por assunto:

Processos recebidos, por assunto	4º Trim	Acumulado no ano
Representação	-	2
Denúncia	-	2
Esclarecimento	-	1
Comunicação	-	1
Processo Administrativo Disciplinar (PAD)	-	1
Requerimento	-	1
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>8</b>

#### 5 – Capacitações

No trimestre foi oportunizada a participação de servidores da Corregedoria nos seguintes eventos de capacitação:

- Palestras: “Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Novos Rumos, novos desafios” e “Normas de Auditoria Governamental e sua Implantação”;
- Cursos: “Sistema Intensivo de Controle Interno”, “Contabilidade Pública Avançada aplicando o PCASP e DCASP” e “Prestação de Contas de Convênio” (Ensino a Distância);
- “V Encontro Capixaba de Direito do Estado” e seminário “O papel do Controle Social no Combate à Corrupção”.

## 6 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A Controladoria-Geral Administrativa é composta por quatro Controladorias Administrativas – CA's, conforme organograma do Anexo 2. Algumas atividades administrativas são feitas com o apoio de Núcleos.

### 6.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O orçamento do TCEES para o exercício de 2011 apresentou dotação orçamentária inicial de R\$ 90.752.400,00, sendo R\$ 90.000.000,00 em recursos ordinários de caixa do tesouro e R\$ 752.400,00 de recursos vinculados do tesouro referente a convênio com a União.

No decorrer do exercício houve os seguintes acréscimos: de R\$ 1.550.000,00, por *superávit* financeiro, conforme Decreto nº 1338-S, de 17/06/11 (DOE – 20/06/11) e de R\$ 7.400.000,00, por *superávit* financeiro do Poder Executivo, conforme Decreto nº 1874-S, de 21/09/11 (DOE – 22/09/11).

A distribuição segundo a natureza da despesa está indicada na tabela a seguir, com a posição em 31/12/11.

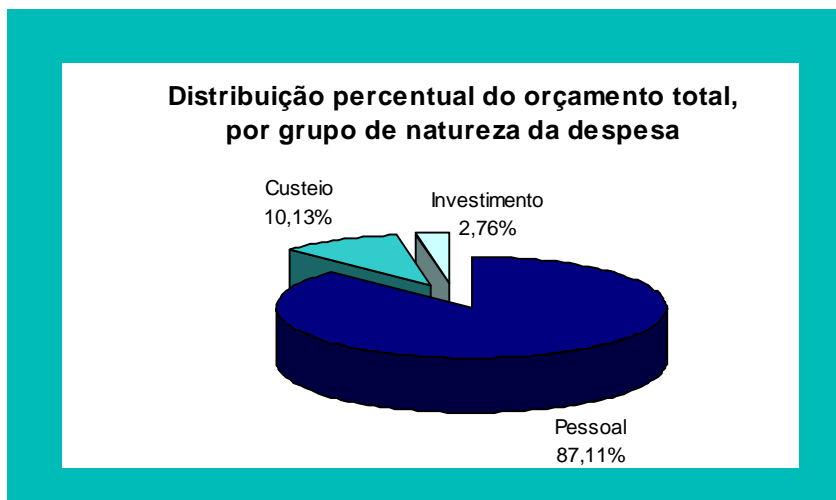
Natureza da Despesa	Dotação Atualizada	Empenhado	Liquidado	Pago
<b>Despesas correntes</b>	<b>96.948.439,00</b>	<b>76.140.485,15</b>	<b>74.908.259,42</b>	<b>74.906.759,42</b>
<b>Pessoal</b>	<b>86.851.830,00</b>	<b>66.580.797,52</b>	<b>66.420.426,70</b>	<b>66.418.926,70</b>
Pessoal – Ativo	66.693.565,00	66.580.797,52	66.420.426,70	66.418.926,70
Pessoal – Inativo <sup>1</sup>	20.158.265,00	<i>Crédito contido</i>	<i>Crédito contido</i>	<i>Crédito contido</i>
<b>Outras despesas (custeio)</b>	<b>10.096.609,00</b>	<b>9.559.687,63</b>	<b>8.487.832,72</b>	<b>8.487.832,72</b>
<b>Despesas de capital (investimento)</b>	<b>2.753.961,00</b>	<b>2.075.720,94</b>	<b>1.289.971,49</b>	<b>1.289.971,49</b>
<b>Total Geral</b>	<b>99.702.400,00</b>	<b>78.216.206,09</b>	<b>76.198.230,91</b>	<b>76.196.730,91</b>
<b>Total Disponível<sup>2</sup></b>	<b>79.544.135,00</b>			(valores em R\$)

1 - Dotação orçamentária referente a contribuições previdenciárias ao regime próprio de previdência, bloqueada pela Secretaria de Estado da Economia e Planejamento, em atendimento ao art. 10 da Lei nº 9.624/2011 (LOA).

2 - Desconsiderado, do total, o valor da despesa com pessoal inativo (contribuição complementar).



O gráfico a seguir demonstra a distribuição percentual da dotação orçamentária geral, por grupo de natureza da despesa.



A apuração do limite de gasto com pessoal está resumida na tabela a seguir e detalhada no relatório de gestão fiscal (DOE – 31/01/12), disponível no portal [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br).

Descrição	Quadrimestres			
	3º (2010)	1º (2011)	2º (2011)	3º (2011)
Despesa com pessoal para fins de apuração do limite – R\$	50.168.403,59	52.020.200,25	53.913.914,92	62.501.970,88
Receita Corrente Líquida – R\$	7.909.033.785,79	8.320.779.800,77	8.978.490.160,56	9.772.997.585,34
Limite apurado – %	0,63	0,63	0,60	0,64
Limite máximo – 1,30 %	102.817.439,22	108.170.137,41	116.720.372,09	127.048.968,61
Limite prudencial – 1,24 %	97.676.567,25	102.761.630,54	110.884.353,48	120.696.520,18

## 6.2 GESTÃO DE PESSOAS

O TCEES possui um Programa de Desenvolvimento Profissional (Prodep) para servidores efetivos, regulamentado pela Resolução Nº 203/2005.

O quadro de pessoal do TCEES está distribuído conforme tabelas a seguir

Servidores por categoria	2010	2011			
		1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
A disposição do TCEES	2	2	2	2	1
Cedidos pelo TCEES	22	20	18	16	18
<b>Servidores do TCEES</b>	<b>654</b>	<b>659</b>	<b>660</b>	<b>651</b>	<b>648</b>
<b>Em atividade</b>	<b>501</b>	<b>507</b>	<b>508</b>	<b>503</b>	<b>499</b>
Efetivos	248	251	251	249	247
Comissionados	235	238	239	236	234
Estáveis	18	18	18	18	18
<b>Inativos</b>	<b>153</b>	<b>152</b>	<b>152</b>	<b>148</b>	<b>149</b>

Estagiários	2010	2011			
		1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Nível superior	77	74	75	70	70
Nível médio	34	31	37	37	34
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>105</b>	<b>112</b>	<b>107</b>	<b>104</b>

O TCEES oportuniza a participação de seus servidores e membros em eventos de capacitação promovidos pela 4ª Controladoria Administrativa - Escola de Contas Públicas e por outras instituições.

No trimestre destaca-se a realização do treinamento para jurisdicionados nos Polos Alegre e Nova Venécia, totalizando 6 Polos Regionais.

As tabelas a seguir demonstram os principais resultados do trimestre.

Resultados da capacitação	4º Trim	Acumulado no ano
<b>Eventos</b>	<b>67</b>	<b>192</b>
<b>Eventos realizados pelo TCEES</b>	<b>36</b>	<b>114</b>
Público Interno (servidores e membros do TCEES)	8	23
Público Externo (jurisdicionados)	28	91
<b>Eventos promovidos por outras instituições</b>	<b>21</b>	<b>50</b>
<b>Eventos de iniciativa do servidor</b>	<b>6</b>	<b>15</b>
<b>Outros eventos</b>	<b>4</b>	<b>13</b>
<b>Pessoas capacitadas</b>	<b>1.584</b>	<b>4.450</b>
Servidores e membros do TCEES	537	1.392
Jurisdicionados	1.055	3.066
<b>Horas de capacitação</b>	<b>15.269,50</b>	<b>59.071,50</b>
Servidores e membros do TCEES	3.942,50	16.744,50
Jurisdicionados	11.327,00	42.327,00

#### Temas dos eventos de capacitação

##### Eventos realizados pelo TCEES:

###### Público Interno (Servidores e membros do TCEES):

*Palestra:* Contabilidade Aplicada ao setor público: novos rumos, novos desafios; *Cursos:* Normas de Auditoria Governamental e sua implantação; Sistema Intensivo de Controle Interno; Contabilidade Pública Avançada; Responsabilidade perante aos TC's - prática e jurisprudência; Custos e Gestão na Contratação de Serviços Terceirizados; *Painel:* Auditoria de Obras Públicas: uma realidade nacional; *Seminário:* O papel do controle social no combate à corrupção.

###### Público Externo (Jurisdicionados):

I Seminário de Controle Interno;

**Polo Alegre** (07 a 27/10/2011) - Os processos de Contas no âmbito do TCEES; Gestão Orçamentária e Financeira; Simpósio básico sobre Pregão e Registro de Preços; Limites Constitucionais (Área Educação) para Conselhos Municipais; Limites Constitucionais (Área Saúde) para Conselhos Municipais; Licitações e Contratos Administrativos - visão geral; Dispensa e Inexigibilidade de Licitação; Tomada de Contas.

**Polo Nova Venécia:** Gestão de almoxarifado e patrimônio público (2 turmas); Os processos de Contas no âmbito do TCEES (2 turmas); Limites Constitucionais para servidores municipais (2 turmas); A Nova Contabilidade Patrimonial; Simpósio básico sobre Pregão e Registro de Preços (2 turmas); Gestão Orçamentária e Financeira (2 turmas); Noções de Orçamento e Finanças para Conselhos Municipais; Licitações e Contratos Administrativos - visão geral (2 turmas); Excelência no atendimento ao cidadão; Dispensa e Inexigibilidade de Licitação; Limites Constitucionais (Área Educação) para Conselhos Municipais; Tomada de Contas; Limites Constitucionais (Área Saúde) para Conselhos Municipais.

##### Eventos promovidos por outras instituições:

###### No Estado:

Empreender para inovar (2 turmas); IV Fórum Estadual de Contabilidade aplicada ao setor público do Espírito Santo; Excelência na Comunicação Organizacional; Formação de Pregoeiros; 5º Seminário Sudoeste da Abipem; III Seminário Nacional de saneamento ambiental: saneamento, meio ambiente, saúde e direitos humanos fundamentais; Microsoft Windows Server 2008, SIPLAN - Execução Orçamentária e Financeira 2012.

**Temas dos eventos de capacitação (continuação)**
**Fora do Estado:**

III Seminário de comunicação dos tribunais de contas do Brasil - os desafios da transparência e do acesso à informação (Rio de Janeiro-RJ); Reuniões do GTCN - Padronização de Procedimentos e Relatórios do Tesouro Nacional (Brasília-DF); Encontro do Grupo Técnico – GTCN (Brasília-DF); Encontro do Grupo Técnico – GTREL (Brasília-DF); CNASI - Congresso Latinoamericano de auditoria de TI: Segurança da Informação e Governança (São Paulo-SP); XXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo Salvador-BA); 10266 - Programming in C# with Microsoft Visual Studio 2010 (São Paulo-SP); XXVI Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil (Belém-PA); IV Congresso Brasileiro de Controle Público (Aracaju-SE); Indicadores e Métricas de desempenho em TI (São Paulo-SP); XIV Sinaop – Simpósio Nacional de Obras Públicas (Cuiabá-MT), Seminário de Lançamento Nacional das Normas de Auditoria Governamental Aplicáveis ao Controle Externo (São Paulo-SP).

**Iniciativa do servidor:**

Atendimento ao cliente; Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal; Seminário de Planejamento e Gestão Sustentável; Prestação de Contas de Convênios; Licitações e Contratos Administrativos, Atendimento ao cidadão.

**Outros Eventos:**

Visita técnica ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Dia internacional contra a corrupção (Brasília-DF); Solenidade de Entrega do Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alkimim (Belo Horizonte-MG); Solenidade de Posse da Ministra Ana Arraes (Brasília-DF).

A capacitação também acontece por meio do acervo disponível na Biblioteca:

Expansão do Acervo Documental (aquisição e tratamento técnico)	2010	2011			
		1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Exemplares de livros	5.299	5.397	5.523	5.564	5.564
Fascículos de periódicos e diários	12.334	12.409	12.534	12.671	13.046
Audiovisuais (CDs, DVDs, fitas, etc)	106	106	106	106	109
Outros materiais	995	1.022	1.023	1.037	1.049
<b>Total</b>	<b>18.734</b>	<b>18.934</b>	<b>19.186</b>	<b>19.378</b>	<b>19.768</b>

Outras Informações	4º Trim	Acumulado no ano
Empréstimos de material bibliográfico	768	4.011
<b>Atendimento ao Público</b>	<b>878</b>	<b>4.124</b>
Interno	851	3.996
Externo	27	128
<b>Consulta/Pesquisa ao Acervo Documental</b>	<b>565</b>	<b>2.614</b>
Acervo bibliográfico	278	1.731
Bases de dados informatizadas	287	883
<b>Indexações</b>	<b>1.238</b>	<b>4.476</b>
Artigos de periódicos indexados	318	1.550
Legislação indexada e consolidada	920	2.926

### 6.3 SERVIÇOS GERAIS

Destacam-se as atividades de controle dos materiais e do patrimônio do TCEES:

Serviços gerais	4º Trim	Acumulado no ano
Número de bens movimentados	133	1.253
Número de requisições ao almoxarifado	1.140	5.432

Evolução dos bens patrimoniais do TCEES	2010	2011			
		1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Valor do patrimônio do TCEES (em R\$)	6.039.024	6.041.604	6.542.096	7.517.58	6.386.657
Estoque de bens patrimoniais	9.564	9.565	10.092	10.232	9.336

### 6.4 CONTROLE DOCUMENTAL

A tabela a seguir demonstra as atividades relacionadas ao Controle Documental:

Controle documental	4º Trim	Acumulado no ano
Correspondências expedidas	3.266	13.672
Correspondências recebidas	3.825	11.015
Processos arquivados	419	2.705
Processos desarquivados	240	6.920
<b>Processos autuados</b>	<b>1.204</b>	<b>7.753</b>
Controle externo	1.147	7.380
Pessoal do TCEES	2	26
Processos administrativos do TCEES	55	347

Os processos de controle externo estão distribuídos nos seguintes assuntos:

<b>Autuação de processos de controle externo, por assunto</b>	<b>4º Trim</b>	<b>Acumulado no ano</b>
<b>Pessoal</b>	<b>898</b>	<b>5.693</b>
Pessoal Admissão	475	795
Pessoal Pensão	64	421
Pessoal Reserva Remunerada	21	220
Pessoal Aposentadoria	318	146
Pessoal Reforma	20	96
Pessoal Edital de Concurso Público	-	12
Pessoal Concurso Público	-	1
Pessoal Hora extra	-	1
Pessoal Reserva Não Remunerada	-	1
<b>Outros Assuntos</b>	<b>249</b>	<b>1.687</b>
Prestação de Contas Anual	2	402
Relatório Resumido de Execução Orçamentária	42	294
Prestação de Contas Bimestral	40	131
Representação	47	124
Auditoria Relatório	5	113
Relatório de Gestão Fiscal	17	106
Denúncia	23	97
Lei Orçamentária Anual	1	83
Lei de Diretrizes Orçamentária	1	79
Recurso de Reconsideração	26	67
Consulta	15	53
Requerimento	6	21
Auditoria Solicitação	3	21
Comunicação Instauração Tomada de Contas	8	19
Recurso de Revisão	2	12
Embargos de Declaração	1	12
Precatório	2	11
Encaminhamento	3	8
Auditoria Especial	-	7
Plano Plurianual	-	6
Tomada de Contas	2	5
Reexame de Decisão	-	4
Tomada de Contas Especial	1	3
Fornecimento de certidão	-	3
Auditoria	1	1
Fornecimento de cópia de peça de processo	1	1
Esclarecimento	-	1
Fornecimento de informação	-	1
Prestação de Contas Mensal	-	1
Recurso	-	1
<b>Total</b>	<b>1.147</b>	<b>7.380</b>

## 7 COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

O Tribunal mantém instrumentos destinados à divulgação interna e externa das atribuições e dos resultados de suas ações.

### 7.1 COMUNICAÇÃO EXTERNA

O TCEES mantém os seguintes canais de comunicação externa:

**Portal TCEES** - Meio de divulgação de informações e serviços pela internet, por meio do endereço [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br).

**Relatório de Atividades** – elaborado pelo Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão (NPO) e encaminhado à Assembleia Legislativa, em cumprimento ao art. 71, § 4º da Constituição Estadual.

**Informativo Acontece** - boletim informativo com periodicidade bimestral, enviado para órgãos jurisdicionados, Tribunais de Contas, faculdades estaduais que oferecem curso de Direito e Administração, jornalistas e órgãos representantes dos Tribunais, como o Instituto Ruy Barbosa (IRB) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Também os servidores, inclusive inativos, o recebem.

**Terminal de auto-serviço (Totem)** - Com o intuito de proporcionar mais acesso a informações e transparência a seus atos, o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo coloca à disposição dos cidadãos um totem de auto-serviço, por meio do qual qualquer pessoa pode acessar a pauta das Sessões e as notícias referentes ao Órgão. Instalado na recepção da sede do TCEES, o equipamento pode ser manuseado facilmente, seja por toques na tela, seja por intermédio do teclado.

**Responsabilidade Social** – destaca-se o empréstimo do auditório, sendo essa atividade coordenada pelo Núcleo de Assuntos de Cerimonial (NAC).

No trimestre foram realizados os seguintes eventos no auditório:

Eventos no auditório	4º Trim	Acumulado no ano
Eventos promovidos pelo TCEES, com a participação do NAC	6	14
Empréstimos do auditório	2	22
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>36</b>

### Eventos no auditório

**Promovidos pelo TCEES, com a participação do NAC:**

20/10/2011 - Palestra sobre o Câncer de Mama

26/10/2011 - Comemoração do "Dia do Servidor"

07/11/2011 - Palestra "Normas de Auditoria Governamental e sua Implantação"

24 e 25/11/2011 - "5º Encontro Capixaba de Direito do Estado"

14/12/2011 - Seminário "O Papel do Controle Social no Combate a Corrupção"

05/12/2011 - Posse do Conselheiro Domingos Augusto Taufner

**Promovidos por outras instituições:**

21/10/2011 - SEASTDH - Secretaria de Estado e Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos - Seminário "Perspectivas no Sistema Estadual de Proteção a pessoas Ameaçadas"

16/11/2011 - SINDIPÚBLICOS - Seminário de Previdência

Além dessas atividades, destacam-se outras ações de divulgação externa realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social - NCS.

Comunicação externa	4º Trim	Acumulado no ano
Atendimentos a jornalistas	112	314
Jornalistas recebidos no TCEES	112	150
<i>Releases</i> enviados à imprensa	6	64
Textos produzidos para o Informativo Acontece	9	45
Edições do Informativo Acontece publicadas	-	4
Exemplares do Informativo Acontece postados	1.461	5.745
Textos institucionais elaborados	-	6
Publicações	-	1
Notícias inseridas no Portal	4	14
Visitas realizadas (Relações Institucionais)	-	3



## 7.2 COMUNICAÇÃO INTERNA

O TCEES mantém os seguintes canais de comunicação interna:

**Intranet** - Rede interna do TCEES, acessível exclusivamente aos servidores, que podem obter instantaneamente informações sobre o Tribunal de Contas, seu corpo funcional e eventos de capacitação.

**Notícias no Ponto** - jornal mural semanal afixado em seis pontos estratégicos. Enfoca assuntos relacionados à saúde e bem-estar, à etiqueta social e profissional, à rotina corporativa e às características dos servidores.

A tabela a seguir refere-se às atividades de divulgação interna realizadas pelo Núcleo de Comunicação Social - NCS.

Comunicação Interna	4º Trim	Acumulado no ano
Notícias publicadas no mural Notícias no Ponto	144	552
Notícias inseridas na Intranet	29	140
Eventos fotografados	34	116

## 8 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

As tabelas a seguir registram as informações da Tecnologia da Informação, no período.

Atividades da Tecnologia da Informação	4º Trim	Acumulado no ano
Atendimentos de suporte ao uso da informática	825	3.715
Auditorias com participação da CTI	-	7

Evolução da Tecnologia da Informação	2010	2011			
		1º Trim	2º Trim	3º Trim	4º Trim
Estações de trabalho	400	381	379	445	445
Servidores com acesso à Internet	460	480	480	480	480
Sistemas em desenvolvimento e/ou em implantação	6	6	7	7	7
<b>Sistemas em funcionamento</b>	<b>31</b>	<b>31</b>	<b>35</b>	<b>35</b>	<b>35</b>
Desenvolvidos pela CTI	19	19	23	23	23
Adquiridos	12	12	12	12	12

Dos sistemas em funcionamento que são desenvolvidos pelos técnicos do TCEES destacam-se os relacionados ao suporte para o controle externo.

Sistemas de suporte ao controle externo	Descrição
Sistema de suporte à auditoria - SISAUD	Novo sistema de suporte à auditoria contábil financeira nos órgãos municipais, englobando novo plano de contas, nova classificação funcional-programática e novos relatórios e consultas relativos a LRF.
Sistema de plano de número de auditoria	Sistema automatizado de geração de números de auditoria
Sistema LRF Web	Visa receber e tratar os dados referentes às informações sobre a execução orçamentária e a gestão fiscal, na esfera municipal da administração pública, para fins de verificação dos pontos de controle relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal.
Sistema para Integração de Dados do LRF Web x Sisaud	Visa permitir o cruzamento dos dados obtidos através do sistema LRF Web com os dados do sistema Sisaud de forma que as divergências sejam utilizadas como pontos de auditoria.

## **ANEXOS**

### **ANEXO 1 – COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA**

O Tribunal, criado por meio da Lei nº 1.287/1957, tem a missão constitucional de orientar e controlar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Titular de autonomia administrativa e financeira e sem qualquer subordinação hierárquica, sua competência constitucional é a de auxiliar os poderes legislativos estadual e municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública.

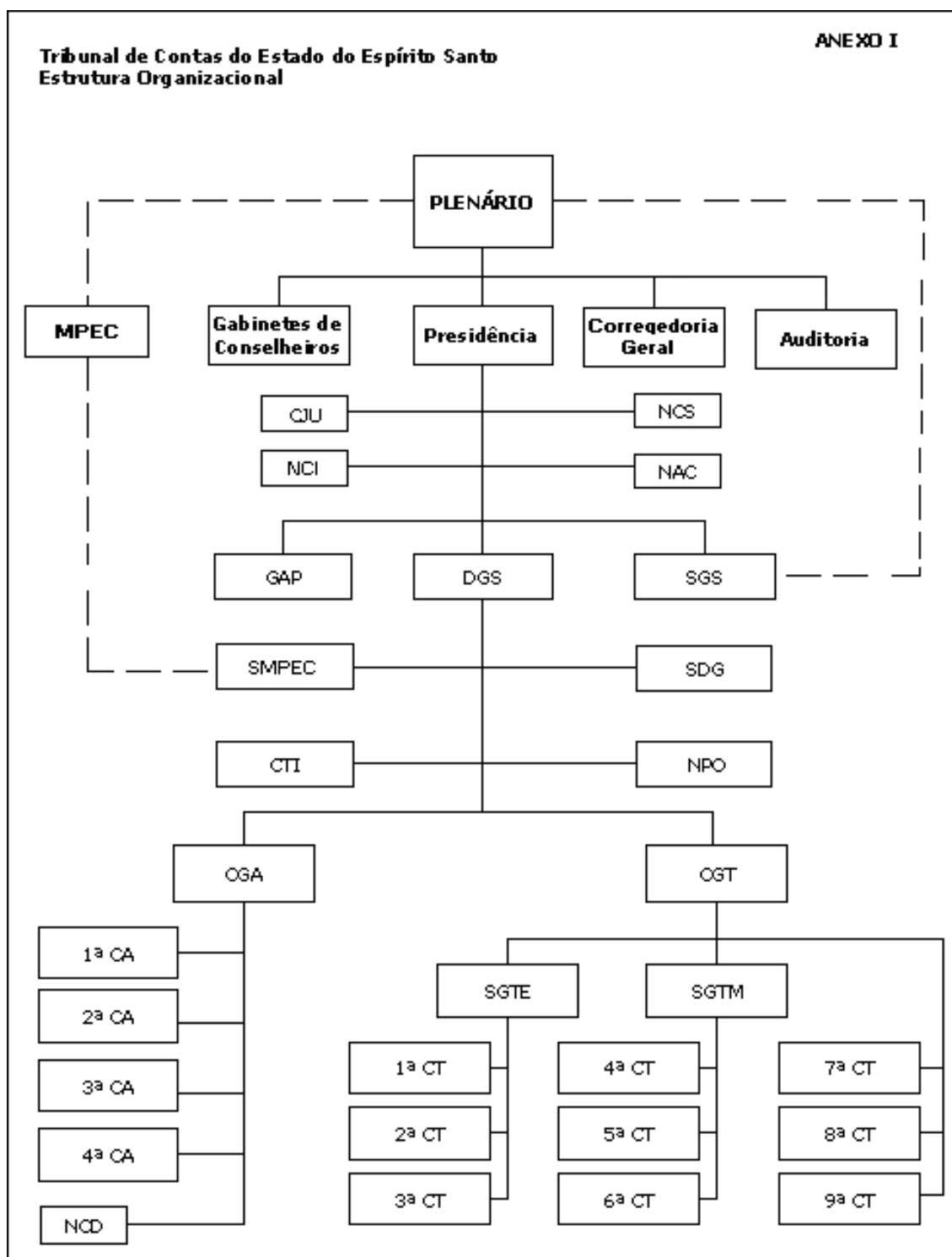
Este controle é exercido por meio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas contas do Estado, dos municípios e das entidades da administração direta e indireta.

Qualquer pessoa, física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigadas a lhe prestar contas.

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.

Com sede em Vitória e jurisdição em todo o território do Estado do Espírito Santo, compõe-se de sete conselheiros, quatro auditores, três procuradores especiais de contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

ANEXO 2 – ORGANOGRAMA



## Nomenclatura/sigla das unidades

Descrição	Sigla
Ministério Público Especial de Contas	MPEC
Consultoria Jurídica	CJU
Núcleo de Comunicação Social	NCS
Núcleo para Assuntos de Cerimonial	NAC
Núcleo de Controle Interno	NCI
Gabinete da Presidência	GAP
Diretoria Geral de Secretaria	DGS
Secretaria Geral das Sessões	SGS
Subdiretoria Geral de Secretaria	SDG
Secretaria do Ministério Público Especial de Contas	SMPEC
Controladoria de Tecnologia da Informação	CTI
Núcleo de Planejamento, Orçamento e Gestão	NPO
Controladoria Geral Administrativa	CGA
1ª Controladoria Administrativa	1ª CA
2ª Controladoria Administrativa	2ª CA
3ª Controladoria Administrativa	3ª CA
4ª Controladoria Administrativa	4ª CA
Núcleo de Controle de Documentos	NCD
Controladoria Geral Técnica	CGT
Subcontroladoria-Geral Técnica/Estado	SGTE
Subcontroladoria-Geral Técnica/Município	SGTM
1ª Controladoria Técnica	1ª CT
2ª Controladoria Técnica	2ª CT
3ª Controladoria Técnica	3ª CT
4ª Controladoria Técnica	4ª CT
5ª Controladoria Técnica	5ª CT
6ª Controladoria Técnica	6ª CT
7ª Controladoria Técnica	7ª CT
8ª Controladoria Técnica	8ª CT
9ª Controladoria Técnica	9ª CT

## ANEXO 3 – DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ACÓRDÃOS E PARECERES PRÉVIOS

### 1 Acórdãos

#### 1.1 Julgamento conclusivo<sup>6</sup>

Nº	Atos de Gestão - Executivo Municipal	Ex.	Sessão	Decisão
0447	P. Linhares (José Carlos Elias, Dalziso Antonio Armani, João Pereira do Nascimento, Joel Vieira dos Santos e Maria de Fátima Fiorino Biancardi)	06	10/11	Processo saneado. Quitação
0479	P. Baixo Guandu (Lastênio Luiz Cardoso)	07	10/11	Irregular. Ressarcimento 71.154,04 VRTE. Multa 3.000 VRTE. Recomendação
<b>Total no trimestre</b>				<b>2</b>

Nº	Prestação de Contas - Assembléias e Câmaras	Ex.	Sessão	Decisão
0433	C. Jerônimo Monteiro (Celso Zucoloto)	09	04/10	Processo saneado. Quitação
0441	C. Divino Sao Lourenço (Francisco Elídio Gomes)	09	06/10	Regular com quitação. Recomendação
0450	C. João Neiva (Luiz Mazolini)	10	11/10	Regular com quitação. Sem divergência, absteve-se de votar, por suspeição, o conselheiro em substituição Marco Antonio da Silva
0456	C. Venda Nova do Imigrante (Marco Antonio Grillo)	09	20/10	Regular com quitação
0457	C. São Domingos do Norte (Emerson Grobério)	10	20/10	Regular com quitação
0462	C. Itapemirim (Estevão Silva Machado)	10	25/10	Regular com quitação. Recomendação
0463	C. Piúma (Max Antônio City)	10	25/10	Regular com quitação
0465	C. Muniz Freire (João Batista Ferreira)	10	27/10	Regular com quitação
0466	C. Santa Tereza (Gervásio Paulo Madalon)	10	27/10	Regular com quitação
0494	C. Santa Leopoldina (Darley Jansen Espindula)	09	08/12	Regular com quitação. Recomendações. Tornar insubsistente o Acórdão TC-079/11
0506	C. Itarana (Laudelino Grunewald)	09	15/12	Irregular. Ressarcimento 4.151.53 VRTE. Multa 1000 VRTE. Recomendações. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento o conselheiro Domingos Augusto Taufner
0508	C. Domingos Martins (Osmar José de Oliveira)	10	15/12	Regular com quitação
<b>Total no trimestre</b>				<b>12</b>

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0436	BANDES (Haroldo Corrêa Rocha, José Antônio Bof Buffon, José Sathler Neto e Waldenor Cezário Mariot)	05	06/10	Devolvido. 1. Regular com ressalva p/ os Srs. Haroldo, José Antônio e José Sathler. 2. Regular c/ quitação p/ o Sr. Waldenor. Recomendações. Durante a Sessão Plenária, o Cons. Elcy subscreveu o voto do Cons. Ranna.
0440	BANESTES D.T.V.M. (José Márcio Soares de Barros, Ranieri Feres Doellinger e Anderson Ferrari)	08	06/10	Regular com quitação
0442	COMDUSA (Sérgio Flores de Oliveira)	07	06/10	Regular com ressalva. Quitação
0451	Junta Comercial do Estado do Espírito Santo (Marcelo Zanuncio Gonçalves)	09	13/10	Regular com quitação. Tornar insubsistente o Acórdão TC – 171/2011
0452	Instituto Jones Santos Neves (Ana Paula Vitali Janes Vescovi)	10	13/10	Regular com quitação

<sup>6</sup> Os atos do Plenário do TCEES podem referir-se a mais de um interessado.

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0454	Defensoria Pública (Florivaldo Dutra Alves e Elizabeth Yazeji Hadad)	07	18/10	Processo saneado. Quitação para Sra. Elizabeth Yazeji Hadad
0458	Fundo Especial do Poder Judiciário (Álvaro Manoel Rosindo Bourguignon)	09	20/10	Regular com quitação. Recomendações
0460	Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Aladim Fernando Cerqueira e José Luiz Demoner de Almeida)	10	25/10	Regular com quitação
0464	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vitória (Domingos Augusto Taufner)	09	25/10	Regular com quitação. Recomendação
0467	Departamento de Estradas de Rodagem do Espírito Santo (Eduardo Antônio Mannato Gimenes)	10	27/10	Regular com quitação
0468	Fundo Municipal de Educação Básica de São Gabriel da Palha (Rosa Maria Caser Venturim)	09	27/10	Regular com quitação
0469	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itapemirim (Wilson Marques Paz)	09	27/10	Regular com quitação
0470	Caixa de Assistência dos Servidores Públicos Municipais de São Gabriel da Palha (Simony Storch Machado)	09	03/11	Regular com quitação
0477	Secretaria de Estado do Turismo (Marcus Antonio Vicente)	09	10/11	Regular com quitação. Recomendações
0480	Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A (Waldenor Cezário Mariot, Haroldo Corrêa Rocha, José Sathler Neto e José Antonio Bof Buffon)	07	10/11	Regulares com ressalva. Recomendações
0482	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari (José Augusto Ferreira de Carvalho)	09	10/11	Regular com quitação
0487	Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Espírito Santo (Elizabeth Yazeji Hadad)	10	01/12	Regular com quitação. Recomendação
0488	Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sueli Passoni Tonini)	10	01/12	Irregular. Multa 750 VRTE. Recomendações
0489	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Maria da Glória Brito Abaurre)	10	01/12	Regular com ressalva. Recomendação
0490	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Jaguaré (Jorge Morelo)	09	01/12	Regular com quitação
0496	CEASA (Helmar Potratz, Dercelino Mongin, Luiz Carlos Prezoti Rocha e Getúlio Darcy Curty Pires)	06	13/12	1) Processo saneado. Quitação. Por maioria, vencidos os Conselheiros Ranna e Domingos, que votaram apenas pela quitação, acompanhando entendimento manifestado pelo Ministério Público Especial de Contas. 2) Deferir parcelamento da multa em 10(dez) parcelas
0497	Fundo Municipal Assistência Social Jaguaré (Terezinha Lúcia Sossai Altoé)	09	13/12	Regular com quitação
0498	Fundo Municipal Saúde Jaguaré (Terezinha Lúcia Sossai Altoé)	09	13/12	Regular com quitação
0499	Chrystiano Barreira de Souza (C. Conceição da Barra)	07	13/12	Processo saneado. Quitação. Por maioria, vencidos os Conselheiros Ranna e Domingos, que votaram apenas pela quitação, acompanhando entendimento manifestado pelo Ministério Público Especial
0500	CASES (Tânia Saad Noé e Luiz Otávio Rodrigues Coelho)	03	13/12	Regular com ressalva. Afastar a irregularidade relativa ao Sr. Luiz Otávio, sem desconsiderar sua responsabilidade
0501	Fundo Aposentadoria e Pensão Guaçuí (Alvany Gomes de Siqueira, Luciano Manoel Machado e Rubens Marcelino de Souza)	06	13/12	Processo saneado. Quitação. Por maioria, vencidos os Conselheiros Ranna e Domingos, que votaram apenas pela quitação, acompanhando entendimento manifestado pelo Ministério Público Especial de Contas

Nº	Prestação de Contas – Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Sessão	Decisão
0502	SECOM (Maria Ângela Botelho Galvão e Elizabeth Maria Dalcomo Simão)	10	13/12	Regular com quitação. Sem divergência, absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos
0503	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Vila Velha (Guilherme Weichert Filho, Francisco de Assis Portela Milfont e Gisela Vivacqua Belotti)	09	15/12	Irregular. Multa 500 VRTE. Recomendação. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento o conselheiro Domingos Augusto Taufner
0504	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Iconha (José Manoel Monteiro de Castro)	09	15/12	Irregular. Multa 500 VRTE. Recomendação
0505	Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (José Márcio Soares de Barros, Raniere Feres Doellinger e Anderson Ferrari Júnior)	09	15/12	Regular com quitação
0507	Secretaria de Estado da Fazenda (Bruno Pessanha Negris, Roberto da Cunha Penedo, Cristiane Mendonça e Silvio Enrique Brunoro Grillo)	09	15/12	1- Regular com quitação para Sra. Cristiane Mendonça. 2- Regular com ressalva. Quitação aos demais. Recomendação
0509	Fundo Municipal de Saúde de Ponto Belo (Vanilson Alves Villela)	10	15/12	Regular com quitação
0511	Procuradoria Geral de Justiça (Fernando Zardini Antônio)	10	15/12	Regular com ressalva. Quitação. Recomendações
<b>Total no trimestre</b>				<b>33</b>

Nº	Denúncias	Decisão
0437	Valdecir Buge X Ivan Lauer (Prefeito Municipal de Vila Pavão)	Improcedência
0443	Luiz Gonzaga Toneto X P. Jaguaré (Domingos Sabio Pinto Martins e Sorieldo Engelhardt)	Receber. Procedência. Determinações
0444	Particular X Icomnet-Tecnologia da Informação (Paulo Henrique Rabelo Coutinho)	Improcedência
0475	Moacyr Selia Filho X C. Nova Venécia (Márcio Augusto de Oliveira)	Conhecer. Procedência. Ressarcimento 342,62 VRTE. Multa 1000 VRTE. Encaminhar cópias ao Ministério Público Especial de Contas
0476	Gina Karla Reis de Oliveira X P. Pancas (André Cardoso de Campos)	Improcedência
0478	Betania Magalhães Dornelas de Oliveira X Secretaria de Estado da Educação (Haroldo Corrêa Rocha e Klinger Marcos Barbosa Alves)	Improcedência
0481	Thomas Greg e Sons Gráfica e Serviços X Polícia Civil do Estado do Espírito Santo (Júlio César Oliveira Silva, Jane Viana de Macena e Maria de Lourdes Barroca e Garcia Dias)	Improcedência. Dar ciência
0483	Jorge Mendonça X Secretaria de Estado da Educação (Marcelo Antonio de Souza Basílio)	Improcedência. Atos regulares. Prejudicialidade da análise de dano ao erário
0491	Aloisana Almeida Soares Garioli e outros X Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Iconha (Edelson Brandão Paulino e Leandro da Silva Viana)	Processo saneado. Quitação
0492	Gustavo Senna Miranda X P. São Mateus (Lauriano Marco Zancanela)	Processo saneado. Quitação
0493	Partido Progressista-Diretório de Iconha X P. Iconha (Edelson Brandão Paulino)	Processo saneado. Quitação. Por maioria, vencido o Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que votou apenas pela quitação.
0513	Sanecol Saneamento Ambiental e Ecológico Ltda X Companhia Espírito Santense de Saneamento (Paulo Ruy Valim Carnelli, Ricardo Maximiliano Golschmidt, Carlos Eduardo Fernandes Saleme, Carlos Fernando Martinelli e Luiz Ferraz Moulin)	Improcedência. Sem divergência. Absteve-se de votar, por impedimento, o Conselheiro Domingos Augusto Taufner
<b>Total no trimestre</b>		<b>12</b>



Nº	Recursos	Assunto	Decisão
0434	Gerselei Storck (P. Irupi)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento parcial. Reduzir ressarcimento 423,37 VRTE. Redimensionar multa 500 VRTE. Recomendação
0438	Ivão Sartori (C. São Gabriel da Palha)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Provimento. Reformular Acórdão TC-571/2009. Contas Regulares. Quitação ao responsável
0439	Fernando Videira Lafayette (p. Alfredo Chaves)	Recurso de Revisão	Processo saneado. Quitação
0446	Geniel Paulo de Brito (C. Conceição da Barra)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento. Retificar Acórdão recorrido para excluir item 03, em virtude de erro material
0448	Moacyr Carone Assad (P. Anchieta)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação. Por maioria, vencido o conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo que votou apenas pela quitação, ante o pagamento intempestivo. Sem divergência, absteve-se de votar, por suspeição o conselheiro Elcy de Souza
0455	Geniel Paulo de Brito (C. Conceição da Barra)	Recurso de Reconsideração	Processo saneado. Quitação. Por maioria, vencido o conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que votou apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento
0472	Francisco Saulo Belisário (P. Conceição do Castelo)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento
0473	José da Rocha Sales (P. Ponto Belo)	Recurso de Reconsideração	Conhecer. Negar provimento
0474	Jorge Cardoso Bechara (P. Itapemirim)	Recurso de Reconsideração	Retificação dos valores explicitados no Acórdão TC-031/98. Sem divergência. Absteve-se de votar, por suspeição, o Conselheiro Marcos Miranda Madureira
<b>Total no trimestre</b>			<b>09</b>

Nº	Auditoria Especial	Ex.	Decisão
0459	Conselheiro Enivaldo Euzébio dos Anjos (TCEES) X José Carlos Dias Gonçalves (C. Mucurici)	06	Processo saneado. Quitação. Pelo voto de desempate da Presidência, proferido em Plenário. Por maioria, vencido o conselheiro Elcy de Souza, que votou apenas pela quitação, tendo em vista a inscrição em dívida ativa do ordenador de despesas. Vencido o conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo, que votou apenas pela quitação, ante a intempestividade do pagamento
<b>Total no trimestre</b>			<b>01</b>

Nº	Relatório de Auditoria - Demais entidades estaduais e municipais	Ex.	Decisão
0445	C. Rio Novo Sul (Marciel Malini Costa)	09	Regular com ressalva. Quitação. Recomendação. Durante a sessão, o Relator encampou o voto do Cons. Ranna, exceto quanto a ampliação do Acórdão TC-049/11. Parcialmente vencido o Cons. Elcy, que votou pela não desconstituição do Acórdão TC-049/11
0484	C. Alegre (Márcio Cezar Machado)	09	Regulares com ressalva. Recomendação. Por maioria, vencidos os Conselheiros Sebastião Carlos Ranna de Macedo e Márcia Jaccoud Freitas, que votaram pela irregularidade com aplicação de multa de 1000 VRTE
<b>Total no trimestre</b>			<b>02</b>

Nº	Representação	Decisão
0435	RP Administração de Convênios Ltda X P. Presidente Kennedy (Reginaldo dos Santos Quinta e Jovane Cabral Costa)	Receber. Provimento parcial. Recomendações
0449	Empório Card Ltda X P. São Gabriel da Palha (Raquel Ferreira Mageste Lessa e Tiago Guimarães Teixeira)	Perda do objeto quanto à exigência de rede credenciada. Improcedência. Recomendações quanto a exigência de caução. Revogar medida cautelar
0461	E.S.D Drogaria Ltda Epp X Hospital Antônio Bezerra de Faria (Rosani de Moraes Caiado)	Conhecer. Procedência. Determinar reforma da Decisão que desclassificou a representante. Dar ciência ao Secretário Municipal de Saúde. Recomendar aos demais hospitais que se abstenham de restringir a competitividade, nos termos do voto do relator. Encaminhar cópia do Acórdão TC-326/2011
0485	Eduardo Meneguelli Muniz X Secretaria de Estado da Educação (Klinger Marcos Barbosa Alves e Keyla Monteiro Zanetti de Oliveira)	Conhecer. Improcedência
0486	Jean Cleber Lima Silva X C. São Gabriel da Palha (Leonardo Luiz Valbusa Bragato)	Procedência parcial. Recomendação, nos termos do voto do Relator
0510	Trivale Administração Ltda X Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo (Rodrigo Flavio Freire Farias Chamoun e Fernando Finamore Teixeira)	Improcedência. Revogar cautelar anteriormente deferida, mantendo-se os termos do edital
0512	Ideal Terraplanagem Ltda X P. Itapemirim (Norma Ayub Alves)	Procedência. Revogar Decisão Plenária que concedeu a cautelar
<b>Total no trimestre</b>		<b>07</b>

Nº	Relatório de Auditoria de Engenharia	Ex.	Decisão
0495	P. Viana (Solange Siqueira Lube)	06	Processo saneado. Quitação
<b>Total no trimestre</b>			<b>01</b>

Nº	Diligência	Ex.	Decisão
0453	P. Divino de São Lourenço (Edson Dutra Teixeira)	06	Atos regulares
<b>Total no trimestre</b>			<b>01</b>

## 2 Pareceres Prévios<sup>7</sup>

### 2.1 Contas

Nº	Parecer Prévio	Ex.	Sessão	Decisão	Revisto
0078	P. Aracruz (Ademar Coutinho Devens)	09	27/10	Aprovação	0078
0079	P. Barra de São Francisco (Waldeles Cavalcante e Valmir Fanti)	09	17/11	Rejeição. Determinações	0079
0080	P. Laranja da Terra (Joadir Lourenço Marques)	10	17/11	Aprovação	0080
<b>Total no trimestre</b>					<b>03</b>

### 2.2 Recursos

Nº	Recursos	Ex.	Decisão	Revisto
0075	Asterval Antonio Altoe (P. Governador Lindemberg)	06	Conhecer. Provimento. Excluir itens 1.1 a 1.4. Reformular Parecer Prévio TC-062/2008. Aprovação	062/08
0076	Esmael Nunes Loureiro (P. Sooretama)	06	Conhecer. Provimento. Reformular Parecer Prévio. Aprovação	058/08
0077	Guerino Luiz Zanon (P. Linhares)	04	Conhecer. Provimento. Reformular Parecer Prévio TC-072/2010. Aprovação	072/10
<b>Total no trimestre</b>				<b>03</b>

<sup>7</sup> Os atos do Plenário do TCEES podem referir-se a mais de um interessado.